

## **AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS NO ESTADO DE ALAGOAS: PARTICIPAÇÃO DOS ATORES INTEGRANTES DAS ASSOCIAÇÕES**

*Nívea da Luz Oliveira  
José Alfredo Elias dos Santos Junior  
Niedja Figueiredo Dantas  
Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas*

**RESUMO:** *Esta pesquisa avaliou a Política de Arranjos Produtivos Locais no Estado de Alagoas na visão dos integrantes das Associações Comunitárias dos APL's de Turismo Lagoas e Mares do Sul/AL e de Piscicultura do Delta do São Francisco/AL, através de entrevistas de campo. Os resultados apontaram na seguinte direção: os atores afirmaram que esta política está baseada em editais, e na força do grupo, e ela veio para beneficiar os que trabalham por conta própria e tem contribuído na geração de renda na comunidade. Contudo, a implantação de alguns programas aconteceu de forma autoritária, sem consultar a comunidade.*

**PALAVRAS CHAVE:** *Políticas Públicas. Participação Social. Política de Arranjos Produtivos Locais.*

**ABSTRACT:** *This research evaluated the policy of Local Productive Arrangements in the State of Alagoas, pertaining to the social participation of members of the community associations of LPA's; surveyed through field interviews. The methodology used was an analysis of the discourses. The results indicated the following: the members of community associations possess the power of group consciousness and the importance of the collective process. However the existence of indifference in some members of the association about collective problems was observed. The role of leaders in disseminating the culture of participation and in the capacity for group coordination became evident.*

**KEYWORDS:** *Public Policy. Social Participation. Politics of Local Productive Arrangements.*

## INTRODUÇÃO:

O presente trabalho investigou e analisou os discursos dos atores que integram as Associações Comunitárias nos APL's de Piscicultura no Delta do São Francisco e no APL de Turismo Lagoa e Mares do Sul, em cinco (5) municípios do Estado de Alagoas (Marechal Deodoro, Penedo, Delmiro Gouveia, Piranhas e Traipú). Buscou-se identificar e analisar, a partir da relação e concepção que os sujeitos têm da participação social na construção da política de APL, os aspectos da identidade social do grupo em questão.

Conceitualmente, os arranjos produtivos são aglomerações de empresas localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm algum vínculo de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais tais como governo, associações empresariais e instituições de crédito (URANI; CROCCO; GALVÃO, 2009)

Ao se considerar o Desenvolvimento Regional no Brasil, na primeira década do século XXI, percebe-se que o governo escolheu como estratégia de desenvolvimento regional a ênfase nas cadeias produtivas. A configuração técnica dos atores envolvidos na cadeia dá-se preferencialmente por argumentos relacionados à complementaridade produtiva e, em alguns casos, ao espírito de cooperação.

Tendo à frente as ações Ministério da Indústria e Comércio (MIC), os Arranjos Produtivos Locais tornaram-se objeto prioritário das políticas de desenvolvimento econômico e social do país no Governo Lula da Silva, em 2004. O MIC promoveu um mapeamento das vocações, potencialidades e dificuldades de um grande número de municípios do Brasil e escolheu 10 Arranjos Produtivos por Estado, em municípios pré- selecionados. O Plano Plurianual de Ações 2004-2007 conceitua os Arranjos Produtivos como estratégia de desenvolvimento, e um número importante de ministérios e agentes públicos vêm implantando programas e ações aplicadas em diversos arranjos localizados em todo o território nacional. (MIC, 2009).

O Estado de Alagoas assumiu e adotou esta política em 30 de agosto de 2004, a partir da assinatura do Decreto no. 2.077, que Instituiu o Programa de Mobilização para o Desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais do Estado de Alagoas, PAPL/AL. A governança do programa ficou a cargo da parceria SEPLAN-AL/SEBRAE-AL. Esta coordenação atua como uma “incubadora” de APLs, emprestando apoio ao arranjo até este atingir auto suficiência em termos de governança.

É importante observar que um Arranjo Produtivo Local se estrutura de forma independente do Estado e que o mesmo passa a ser apenas um parceiro no processo, fornecendo condições para o desenvolvimento do empreendedorismo. O pressuposto norteador dos APL's é a participação de toda a rede de atores que os integram, com visão crítica e atuante. Não se pode resumir à presença em assembleias e fóruns, e a aprovação ou não de determinados projetos, mas em efetivamente atuar na construção do arranjo produtivo.

Lages e Lustosa (2008), ao estudar a articulação dos pequenos e médios empresários que integram o Arranjo Produtivo da Cadeia Produtiva de Piscicultura em Alagoas, concluíram que muitos destes APL's ainda são extremamente incipientes no que se refere à governança democrática, à cultura coletiva e à participação na construção e implantação das ações.

Algumas questões suscitam a nossa reflexão. Na nova visão de Estado Neoliberal, de caráter descentralizado, como a população se insere como novo ator social, que demanda maior articulação e capacidade política? Como a participação efetiva dos atores é percebida pelos mesmos, os integrantes das Associações

Comunitárias dos Arranjos Produtivos de Piscicultura e de Turismo Lagoas e Mares do Sul?

Desta forma o objetivo desta pesquisa foi promover uma avaliação da Política dos Arranjos Produtivos Locais no Estado de Alagoas, na ótica dos integrantes das Associações dos Arranjos Produtivos de Piscicultura e de Turismo.

## 2 MATERIAL E METÓDOS

Para compreender os processos sociais envolvidos na reprodução cotidiana da localidade, optamos pela adoção de procedimentos de caráter qualitativo para a pesquisa de campo. Neste caso, abrindo mão do poder de generalidade das técnicas quantitativas de pesquisa social, procuramos destrinchar algumas relações chave presentes nos modos de reprodução social do espaço em foco, utilizando informações obtidas por meio de coleta de dados orais, entrevistas semi-estruturadas e observações de campo. Desta feita, a precisão da quantidade de informações foi aqui substituída pela seletividade dos atores envolvidos na teia de relações que dinamizam a conformação territorial. Os informantes foram selecionados a partir dos critérios de amostragem de propósito. Esta técnica nos permitiu compor um universo amostral baseado na densidade informacional dos atores locais, ou seja, no tipo de informação que estes poderiam fornecer diante dos propósitos da pesquisa.

A fase de campo desse estudo foi realizada no período entre janeiro e março de 2011.

A amostra foi composta de 10 informantes distribuídos, pertencentes a 2 Arranjos Produtivos Locais: APL de Turismo Lagoas e Mares do Sul e APL de Piscicultura. A amostra da pesquisa foi distribuída em cinco municípios do Estado de Alagoas (1.Marechal Deodoro, 2.Penedo, 3.Traipú, 4.Delmiro Gouveia, 5.Piranhas).

### Associações Investigadas – Município

- 1) Associação Mãos Unidas – Marechal Deodoro
- 2) Associação das Mulheres Rendeiras da Ilha de Santa Rita
- 3) Associação dos Piscicultores de Palmeira Alta – Penedo
- 4) Associação dos Piscicultores de Traipú – Traipú
- 5) Associação dos Agricultores do Povoado de Porto da Barra - Delmiro Gouveia
- 6) Associação dos Piscicultores de Salgado – Delmiro Gouveia
- 7) Associação dos Artesãos de Couro de Tilápias - Piranhas

A seleção dos cinco municípios deu-se mediante escolha, pelo grande número de Associações e Cooperativas. Trabalhamos com o modelo de entrevista semi-estruturada, a qual consistiu de perguntas definidas, mas abertas, que ao mesmo tempo permitia-nos a introdução de novas questões visando a acompanhar o desenvolvimento ou o aprofundamento do discurso do informante. Por outro lado, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa. Essa flexibilidade, segundo nosso entendimento, possibilitou-nos, entre outras coisas: 1) explorar o universo cultural próprio dos indivíduos em referência às capacidades de verbalizações do grupo ao qual pertence, sem comparação com outros grupos (THIOLLENT, 1987) obter do entrevistado os aspectos mais relevantes de determinado problema.

A entrevista semi-estruturada organizada por tópicos temáticos possibilitou-nos, como salientamos, o desenvolvimento de questões espontaneamente introduzidas ou sugeridas pelos informantes, além das respostas às questões estruturadas, ou seja, aquelas apresentadas ao sujeito da mesma forma. Nas entrevistas buscamos desde a caracterização até o aprofundamento dos aspectos vinculados à problemática participação na política, detendo-nos nas motivações, considerações, causas, etc.

No tocante às transcrições dos relatos orais, procuramos tornar visíveis ao leitor o que QUEIROZ (1983) chama de espontaneidade do relato, ou seja, as manifestações não linguísticas do relator, que decorrem de sua própria reflexão, sem influências alheias, como por exemplo as do entrevistador. Deste modo, as citações orais presentes no texto também indicarão eventuais comportamentos espontâneos manifestados pelos informantes quando da coleta de seu relato.

Buscamos evitar a influência de terceiros na relação entrevistador – entrevistado, procuramos, primeiro, não reproduzir na mesma tais mecanismos, e, segundo, estimular o exercício da autonomia pelo menos no que se refere à expressão de idéias, pontos de vista, sentimentos, entendimento acerca da Política de Arranjos Produtivos Locais; opinião em relação a possibilidade dessa política diminuir a pobreza no Estado de Alagoas; e seus sentimentos e opiniões em relação a desigualdade social no Estado.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO:**

Inicialmente o artigo se propõe a apresentar a realidade dos APL de Piscicultura no Delta de São Francisco a partir do olhar dos integrantes das associações dos piscicultores, nos Municípios de Penedo, Delmiro Gouveia, Piranhas e Traipú. E a seção 3.2 mostra a visão dos integrantes das associações comunitárias de artesanato integrantes do APL de Turismo Lagoas e Mares do Sul, no Município de Marechal Deodoro.

A realidade dos Integrantes das Associações de Piscicultura – Penedo, Delmiro Gouveia, Piranhas, Traipú – APL de Piscicultura:

A piscicultura em seu processo produtivo trabalha da reprodução ao mercado, desenvolvendo técnicas modernas no cultivo em cativeiro, nutrição, engorda, beneficiamento e comercialização do pescado produzido. Em Alagoas, nas Associações pesquisadas o cultivo era essencialmente de Tilápia.

O APL de Piscicultura no Delta do São Francisco envolve 15 municípios do Baixo São Francisco Alagoano nas regiões da Zona da Mata, Agreste e Alto Sertão de Alagoas: Delmiro Gouveia, Olho D'Água do Casado, Pão de Açúcar, Piranhas, Traipú, Belo Montes, São Brás, Porto Real do Colégio, Igreja Nova, São Sebastião, Penedo, Piaçabuçu, Feliz Deserto, Coruripe e Jequiá da Praia.

A piscicultura no APL de Alagoas é desenvolvida por 242 piscicultores, distribuídos em 23 grupos associativos, sendo 04 cooperativas, 03 Colônias de pescadores, 15 associações, sendo duas de assentados de reforma agrária e 01 Câmara Setorial que congrega todos os grupos associativos de Sergipe e Alagoas.

Percebeu-se como característica comum a todos os integrantes de associações de criadores de Piscicultura, o fato de serem todos agricultores, que vivem na zona rural destes municípios. Alguns criadores são funcionários de Usinas, onde os Usineiros liberam suas barragens para os funcionários criarem peixes e aumentarem a sua renda,

com a criação de Tilápia. As pisciculturas localizadas no APL são, em geral, de pequeno porte, possuindo uma média de 60 tanques-rede e cada piscicultor um tem uma média de seis tanques-rede, pois cada Associação tem uma média de 10 associados. A renda média obtida por cada integrante das associações de piscicultores gira em torno de R\$ 400,00 por mês.

Integrantes das Associações de Artesanato – Marechal Deodoro – APL de Turismo Lagoas e Mares do Sul:

No que tange à realidade dos integrantes das associações comunitárias do Município de Marechal Deodoro, todos os entrevistados são artesãos e trabalham com a renda filé, que é o símbolo do artesanato deste Município. A técnica da renda filé tem origem portuguesa. O trabalho começa em uma malha quadriculada, idêntica a uma rede de pescar. Esticada em um tear e usando uma agulha grossa, a malha é preenchida com linha, formando desenhos. A produção do filé está vinculada à estrutura familiar, o que vem garantindo a transmissão do conhecimento e a manutenção de suas raízes culturais.

Em Marechal Deodoro percebe-se uma articulação política bem desenvolvida entre os artesãos integrantes das associações, com o fortalecimento do trabalho de grupo desenvolvido desde 2001, marcado pela implantação do Fórum da DLIS. Hoje está consolidada enquanto Agência de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável da República de Marechal Deodoro, que abriga e acolhe 16 Associações, incentivando a elaboração de projetos, participação em editais, adesão de associados, capacitação de pessoas. Está fundamentada através de pressupostos de confiança, força do grupo, e busca de inclusão social e melhoria da qualidade de vida da comunidade envolvida. Contudo, esta articulação e envolvimento do grupo ainda não conseguiu se refletir na melhoria da qualidade de vida, nem na melhoria da renda das artesãs, embora várias iniciativas vêm sendo realizadas neste sentido, inclusive na participação em vários Editais, pois alguns integrantes de associações em Marechal Deodoro já possuem esta competência e habilidade. Registrou-se, contudo, uma renda média mensal em torno de apenas R\$ 400,00 para cada artesã, o que torna a vida dessas pessoas difícil.

A Política de Arranjos Produtivos Locais: na visão dos integrantes das Associações Comunitárias:

Consideram-se importantes as caracterizações históricas das formações sócio políticas para a construção de estratégias de gestão do espaço nos Municípios, bem como, na busca do entendimento das comunidades estudadas.

Partindo-se de tal perspectiva, parece-nos pertinente considerar a possibilidade de que a construção de estratégias participativas na elaboração da política de APL tende a refletir a conjuntura sociopolítica e cultural da própria localidade. Ou seja, os sistemas de idéias, saberes, percepções e de capacidades de inovação construídos pela sociedade local e pretendidos como alicerce para a construção de estratégia de governança dos recursos do território, não estão dissociados das estruturas locais de dominação política e econômica. (MARTINS, 2006)

A problematização de tal hipótese exige o confronto dos pressupostos de gestão descentralizada e participativa dos territórios e de seus recursos naturais, com as realidades locais, reprodutoras de relações específicas de dominação no âmbito territorial.

FOUCAULT (2003:15) alerta que o poder não se aplica aos indivíduos, estes passam por ele, numa situação de movimento, em que as relações de domínio produzidas fora de ambientes institucionais relacionam-se com estes ambientes, tornando-os úteis à própria dinâmica sociopolítica local.

A seguir, apresentaremos as percepções e visões dos integrantes dos dois APL's pesquisados: APL de Piscicultura do Delta do São Francisco e APL de Turismo Lagoas e Mares do Sul, a respeito da Avaliação da Política dos Arranjos Produtivos Locais no Estado de Alagoas. Procuraremos interpretar dois momentos do que chamaremos de dialética do território: primeiramente, trataremos do modo como a participação dos associados nestas estruturas descentralizadas de gestão é concebida por eles, e posteriormente, abordaremos as condições do perfil concreto dessa participação.

A avaliação da Política de Arranjos Produtivos Locais foi analisada a partir das seguintes dimensões:

a) Visão dos Associados a respeito da Política de APL

Ao se perguntar aos entrevistados acerca do entendimento deles sobre a Política de Arranjos Produtivos Locais, de modo geral, eles não conseguiram definir de modo claro, contudo, alguns associados ressaltaram a importância, da política de editais, que no entendimento deles, veio para beneficiar os que trabalham por conta própria, inclusive os artesãos.

*“O que eu entendo é que é um grupo de pessoas que identifica nas comunidades as pessoas que tem a mesma produção. (Integrante de Associação das Mulheres Rendeiras da Ilha de Santa Rita – Marechal Deodoro)*

*“essa política é o interesse de crescer eu e todo mundo, não é eu crescer sozinho, mas todo mundo crescer” (Integrante de Associação das Mulheres Rendeiras da Ilha de Santa Rita – Marechal Deodoro)*

*“é para buscar os grupos e trabalhar com eles, com cooperação, acho que é um meio viável, que tem dinheiro do governo federal, estadual,..esse projeto veio para beneficiar os grupos...”(Integrante da Associação Mãos Unidas – Marechal Deodoro)*

*“É um melhoramento para as nossas condições, para agente conseguir se desenvolver. (Integrante de Associação – Povoado do Salgado)*

*“O objetivo é desenvolver é o nosso produto e deixar a gente apto a caminhar com a associação.”(Integrante da Associação Mãos Unidas - Marechal Deodoro)*

b) Dimensão Participativa da Política de APL:

Em relação à dimensão participativa pode-se observar a existência de opiniões positivas e negativas nos discursos analisados.

Verifica-se nas declarações abaixo uma avaliação positiva acerca do caráter participativo embutido nas políticas de APL's, pois são destacadas a representação e a participação dos atores sociais envolvidos no processo, chegando mesmo a ter papel importante no ajuste das ações.

*“a política do apl é participativa, as bases da comunidades foram consultadas e depois o delegado de cada Estado representa cada APL e tem os Congressos, que eles vão.(Integrante da Associação de Piscicultores de São Sebastião)*

Por outro lado, existe também colocações que apontam implementação da política de APL como autoritárias “de cima para baixo”, que foi implantada sem considerar as comunidades, como se pode verificar no trecho da entrevista abaixo:

*“tem elos do governo que se apoderaram dessa metodologia, mas tem outros que andam por outro lado, em sentido contrário, que não tem visão sobre o processo de associativismo e de discussão em torno das bases.” Tem gente que está no governo trabalhando com a metodologia do APL só que tem pressupostos autoritários e não discute com as bases”. (Integrante da Associação )*

No nosso diário de campo registramos o discurso de um gestor de APL que se encontrava, na Associação de Agricultores no Município de Delmiro Gouveia, que ressaltou a respeito de programas que fazem parte da política de APL's e que estão sendo implantados de “cima para baixo”, sem ouvir os parceiros e a comunidade. Neste caso, a comunidade, não abraça a idéia.

*“Até o nome de APL não foi discutido com as bases, o pequeno produtor tem essa concepção, quando voce diz Arranjo, o pequeno produtor acha que Arranjo é gambiarra, é improviso, o nome Arranjo tem uma conotação muito negativa aqui no Nordeste.”(Gestor de APL )*

### c) Dimensão de Geração de Renda da Política de APL:

As entrevistas abaixo apontaram, de modo geral, que a Política de APL contribui com projetos geradores de renda na comunidade.

*“O que eu sei é que esse projeto de apl ajuda a gente...”  
(Integrante de Associação dos Piscicultores de Palmeira Alta)*

*“olha eu sei que este projeto é muito bom pra gente. Tá dando prá gente tirar a nossa renda e achar bom”. (Integrante de Associação dos Piscicultores de Palmeira Alta)*

*“Olha eu acho que a política de APL contribui porque tá gerando renda. Entraram mais oito pessoas na Associação e então somos 13 pessoas. A gente tá satisfeito aqui, recebemos agora 68 tanques redes” (Integrante de Associação de Piscicultores de Palmeira Alta)*

*“Então, esses projetos vieram para ajudar a fazer com que agente consiga andar com as nossas próprias pernas realmente, foi muito complicado realmente... não ficar dependendo das pessoas, esses projetos seriam então uma espécie assim de ‘abrir portas’ não só para os artesãos, mas para as pessoas que trabalham por conta própria, que não tem patrão.” (Integrante da Associação Mãos Unidas – Marechal Deodoro)*

As entrevistas indicam uma mudança de mentalidade, da visão clientelista, herdada secularmente, para uma visão das possibilidades da ação cooperativa.

*“Eu acho esse projeto muito bom pra gente, agente tem de onde tirar renda, agente antes tava ocioso, e agora já tem o que fazer e já tá ganhando”. Integrante de Associação de Piscicultores de Palmeira Alta)*

#### d) Dimensão do papel do Líder da Associação

O papel das lideranças na disseminação da cultura da participação é evidente nos depoimentos a seguir, de integrantes da Associação de Coruripe, da Associação dos Piscicultores de Salgado e da Associação das Mulheres Rendeiras da Ilha de Santa Rita-Marechal Deodoro, a Associação Mãos Unidas de Marechal Deodoro.

Observamos que os líderes das Associações em alguns discursos reclamam da participação superficial dos demais integrantes da associação, que assumem um comportamento de clientelismo e acomodação, onde verificamos a predominância na crença de um Estado “resolvedor dos problemas”, que orienta comportamentos e alimenta soluções, assim como converte-se em meio de justificar a existência do conformismo. Percebe-se que os Líderes das Associações pesquisadas assumem papel de fundamental importância na mudança de mentalidade e na função social de fazer acontecer a Associação. De modo geral eles possuem uma ideologia socialista e acreditam nos pressupostos do associativismo e na divisão dos ganhos.

*“Muitas pessoas ficam esperando que as coisas aconteçam, só que tem o líder, a liderança também deve existir dentro da Associação, a liderança é aquela pessoa que sai para procurar uma capacitação que vai procurar motivar as pessoas, chamar as pessoas a participação, para mostrar a importância daquela pessoa participar.” (Integrante da Associação das Mulheres Rendeiras da Ilha de Santa Rita – Marechal Deodoro)*

*“geralmente não são todos que correm atrás, só é a minoria que vai atrás, enquanto a maioria fica só esperando.” (Integrante da Associação dos Piscicultores de Traipú)*

*“se eu desse mole, o pessoal, é mais individualista, mas aí eu não dou moleza, mas eu apostei no povo da associação. Hoje somos 23 pessoas e eu dou duro pra gente trabalhar por todos e não ser individualista”. (Integrante da Associação dos Agricultores do Povoado de Porto da Barra – Delmiro Gouveia)*

No discurso do líder de uma Associação de Piscicultura ele citou a indiferença de alguns membros da associação e a não preocupação em agir sobre algo que diz respeito à comunidade. A partir de um exemplo que aconteceu na Associação de Piscicultores no Povoado de Porto da Barra, no município de Delmiro Gouveia foi apontada a indiferença de alguns em relação ao problema que afeta a todos, que é a proliferação de uma planta aquática conhecida por ‘baronesa’, que se acumula nas margens do Rio São Francisco podendo ficar por cima dos tanques-rede, onde a proliferação da planta promove a asfixia dos peixes.



*“agente lutar tanto, tanto por uma coisa e chamar as pessoas para tirar as baronesas para não asfixiar o peixe... e o pessoal não veio... e porque o pessoal não vai atrás de tirar as baronesas... fazem outros trabalhos, ficam na beira do rio e não vieram aqui tirar as baronesas comigo... eu tive que tirar e limpar o rio tudo sozinho. a minoria veio...” (Integrante da Associação dos Agricultores do Povoado de Porto da Barra-Delmiro Gouveia)*

Pode-se concluir então a grande importância do líder para a consolidação e articulação do grupo. Contudo, a força do grupo movimentou-se como um pêndulo em duas direções, ora na direção em que “as pessoas ficam esperando que as coisas caiam do céu”, e por outro lado, os discursos apontavam outra direção, apontando uma mudança da mentalidade clientelista, onde foi dito que “agente precisa começar a andar com as nossas próprias pernas”, inclusive até mesmo em relação ao pagamento de taxas mensais para as Associações. Segundo os próprios integrantes trata-se de um aprendizado cultural, porque antes se ficava esperando que os políticos dessem “até as linhas para se fazer o filé”

e) Dimensão da Construção Coletiva Política de Arranjo Produtivo Local:

Os entrevistados possuem consciência da força do grupo, da importância do coletivo, contudo afirmam que alguns integrantes não participam da construção da Política de APL, nem de modo mais efetivo da própria Associação na qual é integrante, porque não acreditam na participação, nem na construção coletiva de uma Política. Segundo os discursos orais, a causa disso começa no ponto em que eles não tiveram suas reivindicações solicitadas, então parte-se para o descrédito no projeto de construção coletiva.

*“metade dos associados participam, a outra metade não participam porque acham que não tem vantagem em participar dos projetos... se você não participa, você não sabe de nada, você fica sem ter o conhecimento do seu município, da sua comunidade... quem não participa não tem voz”. (Integrantes da Associação Mãos Unidas – Marechal Deodoro)*

*“individualmente a gente não chega a lugar nenhum ... a gente tem mais apoio se a gente trabalhar todos juntos” (Integrante da Associação Mãos Unidas – Marechal Deodoro)*

*“eu acho que o problema maior às vezes é a falta de comunicação, pois às vezes o benefício vem para uma associação e as outras associações ficam fora, porque aquela comunicação que vem para aquela Associação do centro de Marechal Deodoro, aí fica uma coisa restrita e agente fica sem saber o que está acontecendo. (Integrante da Associação das Mulheres Rendeiras da Ilha de Santa Rita – Marechal Deodoro)*

*“...a gente vê que a comunidade aqui é muito pobre e muito carente e os políticos aqui só vem na hora de pedir voto e depois desaparece”. Integrante de Associação de Artesãos - Coruripe)*

*“tem gente que se cansou de acreditar nos políticos que dizem ‘não’ para os artesãos...”(Integrante da Associação Mãos Unidas- Marechal Deodoro)*

*“os artesãos, que não tem quase nenhum apoio do Estado.”  
(Integrante da Associação Mãos Unidas – Marechal Deodoro)*

*“as pessoas aqui não acreditam naquilo que os políticos oferecem,... os artesãos não têm o apoio dos políticos. .”  
(Integrante da Associação Mãos Unidas - Marechal Deodoro)*

## CONCLUSÃO

A avaliação da Política de Arranjos Produtivos Locais foi o objetivo desta pesquisa foi verificada sob a perspectiva de cinco categorias analíticas, quais sejam: a) visão dos associados sobre a Política de APL; b) Dimensão Participativa da Política de APL; c) Geração de Renda da Política de APL; d) O Papel do Líder da Associação; e) Dimensão da Construção Coletiva da Política de APL.

De acordo com o discurso dos integrantes das Associações comunitárias investigadas verificou-se que estes possuem consciência da força do grupo, importância do coletivo e capacidade de articulação. Por outro lado, observou-se a existência da indiferença de alguns membros de associações em relação a determinados problemas coletivos. Ficou evidente também a importância do papel dos líderes das Associações na disseminação da cultura da participação e coesão do grupo.

A pesquisa realizada propiciou uma visão geral sobre a avaliação da política de Arranjos Produtivos Locais, na visão dos integrantes das Associações Comunitárias.

Sob o ponto de vista da percepção dos integrantes das Associações a respeito da própria Política de APL, estes atores não conseguiram definir de modo claro o conceito desta política, contudo, no entendimento deles, ela está baseada em editais e ela veio para beneficiar os que trabalham por conta própria.

Ao se analisar a dimensão participativa da Política de APL, verificou-se que apesar dela ter como pressuposto a construção participativa, houve o caso de uma citação que apontou a implantação de programas de forma autoritária, sem consultar as bases, nem os parceiros, nem a comunidade.

Na dimensão geração de renda as entrevistas apontaram que a política de APL contribui para a geração de renda na comunidade que eles residem.

Ao se considerar o papel do líder das Associações, percebeu-se a importância deste ator no processo de articulação do grupo, pois estes acreditam nos pressupostos do associativismo e na divisão dos ganhos.

Na dimensão participação dos Associados na Construção da Política dos Arranjos Produtivos Locais, os integrantes das Associações possuem um discurso que conduz em direção à consciência da força do grupo, da importância do coletivo. Paradoxalmente, no entanto, afirmam que não participam porque não acreditam na construção coletiva de uma política. Segundo os discursos orais, a causa disso começa no ponto em que eles não tiveram suas reivindicações atendidas, então parte-se para o descrédito no projeto de construção coletiva.

É importante registrar que a quase totalidade dos integrantes das Associações comunitárias pesquisadas vivem com uma renda em torno de 1 salário mínimo mensal,

seja artesanato ou piscicultura. Verificou-se um APL de Piscicultura ainda incipiente e ao mesmo tempo, com grande potencial para se desenvolver, no que tange a sua capacidade de produção, gestão e comercialização de seus produtos. Necessitando desta melhorar a infraestrutura física e apoio técnico operacional e locacional para as Associações, pois a grande maioria delas está instalada em prédios alugados. Realidade semelhante verifica-se nas Associações Comunitárias dos Artesãos integrantes do APL de Turismo de Lagoas e Mares do Sul, em que todas as associações também estão instaladas em prédios alugados.

Registra-se desta forma a grande heterogeneidade existente nos APL de Alagoas e do Brasil. Onde em um mesmo Arranjo Produtivo de Turismo por exemplo tem-se integrantes de Associação de Ambulante da Praia do Frances e Associação dos Donos de Hotéis, são realidades distintas e heterogêneas incomparáveis e interesses nem sempre convergentes, sendo assim, difícil a construção de uma política coletiva, mesmo que estes atores participem, ou seja, “estejam integrados, pelo menos de acordo com a política” em um mesmo Arranjo Produtivo Local.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Lindemberg Medeiros de. Participação sociopolítica no Planejamento Turístico. Revista Turismo – Visão e Ação, v. 8. N-1, p. 153-164, jan/abril 2006.

BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de política, 5ª. Ed. Tradução de João Ferreira. Brasília: UNB, 1993.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. São Paulo: Graal Editora, 2003.

LUSTOSA, Cecília; LAGES, Andre; ARAÚJO, Juliana Sheila; COSTA, Fábio José Castelo Branco. O Velho Chico e sua nova cadeia produtiva: diagnóstico da piscicultura alagoana. Maceió, Edufal, 2008.

MARTINS, J. A Sociabilidade do Homem Simples: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Hucitec, 2000.

QUEIROZ, M. I. P. Relatos Orais: do “dizível” ao “indizível”. In SIMSON, Olga de Moraes Von. Experimentos com Histórias de Vida. São Paulo. Ed. Revista dos Tribunais, 1988.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da Pesquisa Ação. São Paulo: Cortez, 2010.

URANI, Andre; CROCO, Guisepppe; GALVÃO, Alexandre. Empresários e Empregos nos Novos Territórios: O Caso da Terceira Itália. São Paulo: Ed. DP&A, 2009.